

1 Contexto operacional

A Infradata Sistemas S.A (“Infradata” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP.

A Infradata atua com soluções de Machine Learning e algoritmos analíticos de processamento de Big Data que, através do uso de Inteligência Artificial (IA), permitem a automação de análise para tomada de decisões de abastecimento, compras, campanhas e preços. Entre os pontos fortes da Companhia estão a arquitetura autônoma e eficiente de processamento de massa de dados, algoritmos de IA de reconstrução de dados e algoritmos de IA de previsão de consumo.

Além de um time experiente de data scientists e data engineers, a Infradata atua no segmento de B2B onde a tecnologia proprietária de plataforma é embarcada com funcionalidades de BI, e permite à otimização de inventory management dos seus clientes, reduzindo ruptura e impulsionando o GMV das operações atuais.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, a menos que mencionado de outra forma.

4.1 Receitas de contratos com clientes

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma determinada receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Assim, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços prestados. Determinar o momento da transferência de controle - em um determinado momento ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Receita de serviços

As receitas de serviços da Companhia compreendem toda gestão de e-commerce de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de carteira de clientes, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais.

4.2 Adiantamento de fornecedores

Os acordos com os clientes deixam claro que, mesmo que a Companhia compre / gere os produtos do cliente, não há risco nem benefícios para a Companhia, uma vez que pode ser devolvida a qualquer momento em caso de término das operações e a Companhia não tem o poder para definir o preço e quantidade dos produtos do cliente, que são vendidos exclusivamente nos sites de seus clientes.

Como consequência, o “adiantamento de fornecedores” é reconhecido ao custo de aquisição das notas fiscais emitidas pelo fornecedor de mercadorias, que também é cliente da Companhia este caso, contra a conta de "fornecedores". a Companhia possui os direitos legais sobre o "adiantamento de fornecedores" que somente é liquidado pelo custo de aquisição quando o produto do cliente é vendido e entregue ao consumidor final, e "fornecedores" são liquidados somente quando a Companhia recebe o valor do consumidor final pela venda.

4.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras da Companhia compreendem:

Rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos e atualização monetária.

As despesas financeiras compreendem:

Despesas com multa, atualização monetária, juros sobre empréstimos e antecipação de recebíveis.

A receita ou despesa com juros são reconhecidas utilizando o método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados através da vida esperada do instrumento financeiro para o custo amortizado do passivo financeiro.

4.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos implementados, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e quantidade residual, são revisados no final de cada ano, ou quando há mudanças significativas sem um padrão esperado, como em casos específicos relevantes e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como alterações nas estimativas contábeis, de acordo com a necessidade.

A depreciação é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

| | <u>Anos</u> |
|--------------------------------------|-------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 10 |
| Equipamentos de informática | 5 |
| Veículos | 5 |
| Móveis e utensílios | 10 |

4.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(i) Amortização

A amortização é calculada para abater dos custos dos ativos intangíveis, líquido dos seus valores residuais estimados, usando o método linear sobre a vida útil estimada, e é geralmente reconhecido no resultado.

A amortização é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

| | <u>Anos</u> |
|----------------------------|-------------|
| Contratos de clientes | 5 a 7 |
| Plataforma | 3 a 7 |
| Cláusula de não competição | 3 |
| Marcas e patentes | 5 |

4.6 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja o contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente medido a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente – Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

(iii) Classificação e mensuração subsequente – Ativos financeiros – Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principais e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa:

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iv) Classificação e medição subsequente – Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de

juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento – Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(vi) Compensações

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vii) Valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros

A Companhia aplica o método simplificado para avaliar se reconhece uma perda de crédito esperada para os ativos financeiros.

A Companhia avalia se existe uma perda histórica de crédito para aplicar a matriz de provisionamento com base nos dados históricos de perda de crédito e nos recebíveis vencidos.

Os únicos ativos financeiros sujeitos à análise de valor recuperável são os saldos de contas a receber de clientes, que são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito. Os montantes dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao crédito.

Por essa razão, a Companhia não havia reconhecido nenhuma perda de crédito esperada para os ativos financeiros. Além disso, a taxa histórica de perdas da Companhia não é significativa, não há inadimplência financeira significativa, e não se espera perdas significativas com base no modelo negócio operacional da Companhia.

Para as demais contas a receber a Companhia provisiona os títulos vencidos há mais de 90 dias, gerando assim uma provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”). Para os saldos provisionados a Companhia atua com uma cobrança ativa junto aos clientes com a finalidade de recuperar estes saldos vencidos.

4.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Companhia possui processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de fiscalizações ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.8 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. São classificados como passivo circulante, a menos que tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

4.9 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

5 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

* * *

Diretoria executiva

Kai Schoppen
CEO

Fabio Bortolotti
CFO

Bruno Marques
Contador
CRC: SP-331607/O-1